

CMN estuda como diminuir arrocho

Equipe decide hoje se amplia prazos de financiamento, reanima os consórcios e dá novo alento para a economia

30 AGO 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve aprovar hoje novas medidas para amenizar a contenção do consumo, entre elas, a permissão para a reabertura dos grupos de consórcios de produtos eletroeletrônicos, proibidos de funcionar desde outubro do ano passado. O CMN, que terá seu horário antecipado das 15 para as 10 horas analisará, também, proposta para aumentar o prazo das prestações dos empréstimos bancários e crediários.

O alívio às restrições ao crédito está provocando um racha na equipe econômica, que decide hoje antes da reunião do CMN, se vai dilatar o prazo dos consórcios para 24 meses e dos crediários para seis meses. O Banco Central é contra, por considerar que ainda não é o momento de se afrouxar as restrições ao crédito impostas pelo Plano Real para restringir o consumo justamente nesta época de fim de ano, quando a compulsão às compras aumenta.

Por sua vez, técnicos da Secre-

taria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, chefiados pelo economista José Roberto Mendonça de Barros, concordam no afrouxamento das restrições. São eles que compõem a Comissão da Moeda e do Crédito (Comoc), que dá o parecer técnico a ser analisado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A única certeza até ontem à noite era a redução do IOF — hoje de 18% — sobre os empréstimos para que o dinheiro chegue mais barato ao consumidor.

O CMN deve ampliar também, de seis para 24 meses, os prazos dos consórcios de automóveis de luxo (acima de 1.000 cilindradas). Com isso, o Governo deve desafogar um pouco o setor automobilístico, o que mais vem demitindo trabalhadores nas últimas semanas. Participarão da reunião os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, e o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola.

As medidas de flexibilização

do arrocho ao crédito foram elaboradas pela Secretaria de Política Econômica, que dispõe de indicadores que comprovam um acentuado desaquecimento da economia, provocado pelos sucessivos pacotes anticonsumo baixados desde julho do ano passado.

A primeira medida adotada para liberar um pouco o crédito foi a redução do recolhimento compulsório feito pelo Banco Central sobre os depósitos bancários, antecipada há duas semanas devido à crise de confiança na solidez dos bancos privados provocada pela quebra do Banco Econômico.

Devido ao elevado grau de inadimplência e a própria crise de confiança no sistema, os bancos estão muito seletivos na concessão de novos empréstimos. Esta é mais uma das razões para que os técnicos da Fazenda recomendem a flexibilização do crédito, confiantes na hipótese de que não haverá uma explosão no consumo. “Não há renda para isso”, comentou um assessor da equipe econômica.